

Economia Solidária e Educação Ambiental

*Daniel Tygel, secretário executivo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
Brasília, novembro de 2007*

Este texto tem o objetivo de introduzir o tema da Economia Solidária e, principalmente, destacar as suas correlações com os temas abordados pela Educação Ambiental. Tenho convicção de que Economia Solidária e Educação Ambiental, na sua vertente emancipatória, precisam ser trabalhadas conjuntamente, já que ambas partilham de muitos elementos comuns e têm aspectos complementares.

Índice

1. Economia Solidária.....	1
1.1. O que é Economia Solidária e como se organiza enquanto movimento?.....	1
1.2. Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento.....	3
1.3. Como a Economia Solidária se manifesta na prática?.....	4
2. Economia Solidária e Educação Ambiental: convergências e complementaridades.....	5
2.1. Olhar o processo por trás de um produto ou serviço.....	6
2.2. Fechar ciclos: ambientalmente sustentáveis e economicamente solidários.....	6
2.3. Política do cotidiano.....	7
2.4. Repensar desenvolvimento, progresso, riqueza, felicidade.....	8
3. Exemplos de como incorporar a Economia Solidária em atividades de Educação Ambiental .	9
4. Possíveis indicadores para avaliação.....	10
4.1. Curiosidade.....	10
4.2. Desnaturalização.....	10
4.3. Politicamente correto (indicador negativo).....	11
4.4. Entusiasmo.....	11
4.5. Capacidade de correlacionar a macro-política e o cotidiano.....	11
5. Como aprofundar-se no tema?.....	12

1. Economia Solidária

1.1. O que é Economia Solidária e como se organiza enquanto movimento?

A Economia Solidária é fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Esta prática de produção e consumo privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o desenvolvimento local, sustentável e

solidário. O movimento de Economia Solidária tem crescido de maneira muito rápida, não apenas no Brasil mas também em diversos outros países: há hoje pelo menos 20.000 empreendimentos solidários organizados na forma de autogestão, envolvendo praticamente 2 milhões de trabalhadores/as.

O seu crescimento se deve a vários fatores, dos quais vale destacar os seguintes:

- Resistência de trabalhadoras/as à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural resultantes da expansão agressiva de uma globalização que torna mais e mais pessoas totalmente descartáveis para o funcionamento da máquina de produção e consumo. Tal resistência se manifesta primeiramente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, tais como camelôs, flanelinhas e tantos outros empreendimentos normalmente voltados à reprodução da vida e de caráter individual ou familiar. Com a articulação de diversos atores, esta resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética e a solidariedade e não mais no lucro.
- Em nosso país, o crescimento da Economia Solidária enquanto movimento – ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito a sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, cada vez mais se orientando rumo a uma articulação nacional, configuração de redes locais e uma plataforma comum –, dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração que desembocou na demanda ao recém eleito presidente Lula pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Na III Plenária Nacional de Economia Solidária, em 2003, convocada pelo GT Brasileiro de Economia Solidária logo após o retorno positivo do presidente à carta, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando este movimento no país. Com estas duas instâncias, somadas ao processo de construção de um campo da Economia Solidária no interior da dinâmica do Fórum Social Mundial, podemos dizer que a Economia Solidária no Brasil passou por um crescimento e estruturação muito grandes.

O FBES é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. Representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. Quanto à organização e funcionamento, integram o FBES os três segmentos do campo da Economia Solidária:

- **Empreendimentos Econômicos Solidários¹** são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo

¹ Hoje são utilizadas diferentes denominações para este segmento, tais como *empreendimentos solidários*, *empreendimentos de Economia Solidária*, *trabalhadores da economia solidária*, entre outros.

de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;

- **Entidades de assessoria e/ou fomento** são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa;
- **Gestores públicos** são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

Para nortear as ações do FBES, existem e estão permanentemente em construção a *Carta de Princípios da Economia Solidária* e a *Plataforma da Economia Solidária*. Enquanto a Carta de Princípios fornece elementos de fundamentação para o movimento, a Plataforma apresenta as principais metas que devem ser alcançadas, além de servir como documento para subsidiar a interlocução junto ao poder público e outros movimentos sociais. Os eixos de ação do FBES (detalhados na Plataforma) são sete: 1) Organização Social do Movimento de Economia Solidária; 2) Redes de Produção, Comercialização e Consumo; 3) Finanças Solidárias; 4) Marco Legal; 5) Educação; 6) Comunicação; 7) Democratização do Conhecimento e Tecnologia.

1.2. Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento

Assim como em outros movimentos sociais (ambiental, de gênero, indígena, etc.), há armadilhas, pois há perspectivas emancipatórias e não emancipatórias por trás das lutas e conceitos envolvidos em cada um. No caso da Economia Solidária, as armadilhas são várias.

Uma delas é a de reduzir a ES à idéia de *geração de trabalho e renda* numa perspectiva de inclusão social ou de inclusão no mercado de trabalho. Esta é uma linguagem que se repete, e nada mais é do que a tentativa de “tapar o sol com a peneira”. Quando falamos apenas de inclusão social ou geração de trabalho e renda, estamos assumindo a ES como um compensador das mazelas do capitalismo. Por exemplo, quando falamos de incluir socialmente, estamos falando de incluir em que sociedade? Falar em incluir no mercado de trabalho significa incluir em qual mercado de trabalho? Esta é uma armadilha, que deixa de lado o fato de que é preciso rever as atuais formas de organização societal e de produção, comercialização e consumo.

Outra armadilha é o campo da chamada *responsabilidade social*, que é a de ver a ES como sendo um apêndice da economia formal: as grandes empresas, com responsabilidade social, é que apoiariam a ES, também na linha da inclusão social.

Uma terceira armadilha é a do *empreendedorismo*, que subentende que, se alguém está numa situação de exclusão social, a culpa é sua, por não ser suficientemente empreendedor. Assim, deveria se capacitar para ser um empreendedor. Além de ser uma visão muito individualista, ela carrega em si a perspectiva de capilarização do capitalismo, ou seja, a de que “vou montar a minha micro-empresa, com o tempo ter meus empregados, crescer”, como qualquer empresário. O crescimento individual dependeria apenas da própria vontade: todos teriam iguais oportunidades. Esta ótica impede a crítica política do sistema social, pois acaba jogando a responsabilidade nos sujeitos excluídos, ignorando as questões estruturais do sistema atual, que pela sua própria conformação simplesmente não precisa de parcelas da população, tornando-as descartáveis à máquina econômica.

Como a ES, em seu sentido emancipatório, busca fugir destas armadilhas, tanto da ótica exclusiva da inclusão social / responsabilidade social quanto da do empreendedorismo?

Em nosso movimento, no Brasil, isso é possível quando afirmamos a ES como uma **estratégia de desenvolvimento**, ou seja, quando questionamos o próprio modelo de desenvolvimento em que nossa sociedade está sustentada. Desta feita, conseguimos manter sempre no horizonte das práticas e reflexões da ES a perspectiva de transformação social: a transformação da nossa organização produtiva, econômica, das relações de produção, comercialização e consumo, e do próprio conceito de mercado.

1.3. Como a Economia Solidária se manifesta na prática?

A Economia Solidária é um conceito que nasce da prática, e não o contrário. Por isso, é sempre importante, ao falar da Economia Solidária, falar de algumas de suas manifestações.

No campo da produção, há os empreendimentos solidários que nascem como tais (grupos, associações, cooperativas²), e as empresas recuperadas. Os que já nascem como empreendimentos solidários podem ser grandes ou pequenos, urbanos ou rurais, de produção primária ou de mais alto grau (como agro-indústrias e outras). Já as empresas recuperadas são antigas empresas capitalistas assumidas pelos seus trabalhadores quando os proprietários declararam sua falência: os trabalhadores assumem a massa falida e criam uma cooperativa. Há grandes empresas recuperadas no país, com centenas e em alguns casos milhares de cooperados, e faturamentos de milhões de reais ao mês.

No campo dos serviços, há empreendimentos solidários de turismo, informática, assistência técnica, entre outros, normalmente organizados na forma de cooperativas, mas também na de associações ou como grupos informais.

Na área de comercialização pode haver lojas, entrepostos, centrais de comercialização ou outras, em que a própria atividade de comercialização é gerenciada de forma autogestionária.

A organização do consumo é o setor menos desenvolvido, seguido da comercialização. Trata-se de iniciativas coletivas de consumo, tais como compras coletivas, criação de lojas de Economia Solidária, compromisso explícito entre consumidores e produtores para intercâmbios diretos³, entre outros.

Há também os grupos de trocas solidárias, com uso ou sem uso de moeda social. São grupos de pessoas que se encontram, em que cada um é *prossumidor*, ou seja, ao mesmo tempo produtor e consumidor. Cada pessoa oferece o seu trabalho na forma de produtos ou de serviços, e assim consegue adquirir outros produtos e serviços daquele grupo. Muitos grupos de trocas criam uma moeda social própria, criada para mediar as trocas, com validade apenas no âmbito dos mesmos. A moeda social e os grupos de troca têm características interessantes, como a de chamar a atenção de que a riqueza está no trabalho, e não na moeda. Ou seja, a moeda é apenas um meio de troca.

Outra dimensão de manifestação da Economia Solidária é o campo das *finanças solidárias*, que pode assumir a forma de diferentes ferramentas: Os fundos rotativos⁴

2 A Economia Solidária não se caracteriza pela forma jurídica de seus empreendimentos, apesar da cooperativa ser a única forma associativa na legislação brasileira que permite formalmente o exercício de atividade econômica (é possível também em alguns casos numa empresa limitada garantir o princípio de “uma cabeça, um voto” no contrato social, mas a cooperativa tem este princípio naturalmente reconhecido). Por isso, não se deve confundir “cooperativismo” com Economia Solidária. Há todo um debate neste campo da formalização dos empreendimentos solidários no âmbito do movimento de Economia Solidária, que tem como horizonte a construção do *Estatuto da Economia Solidária*.

3 Um exemplo de iniciativa deste tipo é a Rede Ecológica, do Rio de Janeiro (www.redeecologica.org).

4 Recursos repassados a uma determinada comunidade, que por sua vez decide o que vai fazer ou, no caso do recurso

com retorno em dinheiro⁵ ou em produtos que resultaram do investimento⁶; Os bancos comunitários⁷; As cooperativas de crédito⁸; O micro-crédito "solidário"⁹.

Há as redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidárias, que expandem o processo de autogestão para além do empreendimento solidário específico, tais como a cadeia do algodão orgânico¹⁰, do mel, das sementes, do caju, do metal, entre outros. Elas consistem na busca de fechar o ciclo desde a produção primária até o produto ou serviço final, de forma que todas as etapas passem por empreendimentos solidários.

Essas são algumas das manifestações da Economia Solidária na prática. O princípio que subjaz a todas elas é o da autogestão, tanto na administração interna como na sua relação com o mercado e com outros empreendimentos solidários. Isso conforma todo um universo em expansão.

2. Economia Solidária e Educação Ambiental: convergências e complementaridades

No Brasil, pouco se tem explorado a articulação da Educação Ambiental e da Economia Solidária, apesar de ambas terem muito em comum ou serem complementares. Há ainda uma necessidade de criação de sinergia e articulação entre os dois movimentos. Aqui apresento alguns elementos que julgo serem eles fundamentais de convergência:

2.1. Olhar o processo por trás de um produto ou serviço

Salta aos olhos que tanto a educação ambiental quanto a economia solidária conclamam à/ao cidadã/o a observar, quando olhar um produto, todo o processo que fez com que ele chegasse à sua atual forma. Assim, produtos aparentemente iguais são

já ter um fim definido, decide quem será a primeira família ou grupo a receber o mesmo. A família que recebe o recurso deve pagar de volta à comunidade o empréstimo recebido.

- 5 Um exemplo são as cisternas de placas: uma comunidade recebe recurso para construção de uma cisterna, mas como a família escolhida pela comunidade devolve o crédito recebido à mesma comunidade, com o mesmo recurso, de uma cisterna, constróem-se dezenas de cisternas.
- 6 Um exemplo de retorno não financeiro são os bodes, no nordeste: a comunidade recebe recursos para ampliar sua criação de bodes, a primeira família que recebe o recurso compra os bodes, cria, e à medida que procriam, ela devolve bodes à comunidade, que vai repassando para outras famílias, sucessivamente
- 7 Bancos comunitários normalmente são administrados pela associação de moradores de um bairro ou comunidade ou outra organização existente (como associação de produtores rurais) e podem fornecer crédito para os moradores, baseados em critérios que não os bancários (como comprovação de garantia, SERASA, CPF), mas sim no aval solidário, em que a própria vizinhança da pessoa interessada no crédito atesta a garantia para o empréstimo. Outra característica dos bancos comunitários é, além deste processo de propriedade e gestão comunitária dos próprios associados no bairro, o uso de moeda social como circulante local: uma moeda criada pela própria comunidade ou bairro, e que só vale dentro daquele espaço geográfico, sendo aceita progressivamente pelo comércio local (mercadinhos, vans, postos de gasolina, padarias, entre outros). Esta moeda tem um papel importante, pois, como só vale no bairro ou comunidade, estimula a circulação e arejamento da economia local, reduzindo o escape de recursos para fora do local.
- 8 Nem toda cooperativa de crédito é considerada uma ferramenta de finanças solidárias. Há cooperativas de crédito de grandes fazendeiros monocultores, por exemplo, que são empregadores. A ferramenta deve estar a serviço de trabalhadores autogestionários e moradores de determinado local, e não de empresários e empregadores.
- 9 Na Economia Solidária não se confunde o micro-crédito com finanças solidárias, pois em muitos casos este ocorre na lógica bancária, de um agente que não é gerenciado pelas próprias pessoas a serem beneficiadas, e portanto tem interesses divergentes aos dos próprios tomadores.
- 10 A mais conhecida cadeia solidária hoje é a Justa Trama, que tem como produto final roupas de algodão orgânico, sendo que a produção do algodão, a transformação do mesmo em fios, depois dos fios em tecidos, depois a costura dos tecidos em roupas, e a serigrafia e o adorno de sementes para enfeites nos detalhes são todos realizados por empreendimentos solidários espalhados em 7 estados do país.

diferenciados por suas histórias, seus processos de produção: no âmbito ambiental, trata-se de observar os impactos ambientais gerados (“pegada ecológica”), e no âmbito da economia solidária, de observar toda a cadeia de compras de insumos realizada até se chegar ao produto final.

Ao comprar um produto da Economia Solidária, estamos investindo em um produto em que há distribuição do faturamento daquela venda de maneira democrática entre os/as trabalhadores/as que o produziram, enquanto que, no caso de um produto oriundo da economia capitalista, estaremos investindo numa forma de produção baseada no trabalho subordinado e no acúmulo de capital pelo dono da empresa.

Portanto, tanto a Educação Ambiental quanto a Economia Solidária destacam que é o **processo** – a história – e não o produto ou o serviço em si, que indica em que estamos investindo na sua compra ou contratação.

2.2. Fechar ciclos: ambientalmente sustentáveis e economicamente solidários

Outro ponto de contato, que segue quase como consequência do item acima, é a lógica do **fechamento de ciclos**.

Na Educação Ambiental falamos na importância de buscar fechar ciclos de energia, de água, de matéria (matéria-prima e resíduos), entre outros, evitando o “vazamento”, descarte ou desperdício, de elementos em um dado sistema (como exemplos de sistema, podemos pensar em ciclo produtivo, bairro, cidade, loja, escola, etc.).

Para ilustrar o fechamento de ciclos do ponto de vista ambiental, seguem três exemplos:

- *fechamento do ciclo da água*: podemos citar o processo de produção de papel, que necessita de grande quantidade de água para dispersar as fibras e estas possam se alinhar de modo a se tornar uma folha de papel: se conseguirmos fazer com que a água utilizada retorne e seja indefinidamente reutilizada, estamos evitando o consumo de água pura, fazendo o tratamento da água utilizada para voltar ao início do processo, e evitando o descarte de volta aos rios ou esgotos;
- *fechamento do ciclo de energia*: digamos que um determinado empreendimento produz doces em compota, e para isso precisa manter aquecido um fogão bastante tempo para “dar o ponto” do doce. Se aproveitarmos o calor gerado para rodar um dínamo que gera energia elétrica utilizada pelas lâmpadas do local de produção, estamos aproveitando a energia descartada pelo fogão e convertendo-a em luz, fechando um ciclo de energia;
- *fechamento do ciclo de resíduos orgânicos*: no momento em que aproveitamos os resíduos orgânicos (tanto de cozinha quanto do banheiro) de uma casa, comunidade ou bairro para gerar composto (e utilizá-lo para adubação), gerar metanol por meio de um bio-digestor (e aproveitá-lo como gás de cozinha), purificar a água tornando-a apta a ser reutilizada ou lançada nos rios, estamos fechando um ciclo ambiental complexo de matéria orgânica, minimizando enormemente os impactos ambientais conhecidos por causa dos eflúvios domésticos.

Podem ser citados inúmeros outros exemplos de possibilidades de fechamentos de ciclos nesta perspectiva de minimização de impactos ambientais.

Na Economia Solidária, busca-se o fechamento de ciclos econômicos solidários, ou seja, evitar o escape de frutos econômicos do trabalho realizado no ciclo produtivo. Num processo de produção em que se fecha o ciclo, os fluxos econômicos circularão entre os empreendimentos solidários, sem a saída dos mesmos para se concentrarem

nas mãos de algumas pessoas donas de grandes empresas (normalmente em São Paulo, EUA, Europa ou Japão). Como cada empreendimento solidário não tem como fim o lucro, ou a acumulação de capital, se toda a cadeia produtiva se dá entre empreendimentos solidários os recursos circulam entre os/as trabalhadores/as da cadeia, minimizando o escape para fora ou o acúmulo em determinado ponto da cadeia, o que enforca todo o sistema, exigindo a injeção de novos recursos econômicos (moeda) para reativá-lo.

Em muitas cidades pequenas percebe-se os efeitos do vazamento de fluxos econômicos: a cidade costuma entrar em grande efervescência no momento do pagamento da aposentadoria, que abastece as famílias com dinheiro para as compras, que imediatamente são realizadas nos mercadinhos. Como muitos dos produtos adquiridos são produzidos por empresas capitalistas (normalmente de fora da cidadezinha), tais como Nestlé, Omo, Parmalat, etc., em alguns dias a atividade econômica da cidade volta a estagnar, pois não circula mais dinheiro, já que grande parte vazou para fora da cidade quando da compra destes produtos. Mas a questão não é apenas o vazamento para fora: mesmo quando há, na cidadezinha, uma grande empresa de leite local, grande parte dos frutos da produção e venda do leite desta empresa fica estagnada, se acumula, nas mãos do proprietário da empresa, de modo a também não significar um arejamento da economia local.

Por outro lado, se há empreendimentos solidários produzindo os mesmos produtos, os frutos são distribuídos entre os trabalhadores, que por sua vez, se comprarem de outros empreendimentos solidários, estarão estimulando a atividade econômica solidária, tanto local quanto externa (no caso de cadeias solidárias mais amplas).

2.3. Política do cotidiano

A Economia Solidária e a Educação Ambiental nos chamam a pensar as nossas práticas no dia a dia, sejam elas individuais, coletivas, institucionais. Elas tocam, portanto, na "política do cotidiano", pois mexem com a cultura, o modo de ser, a forma de ver o consumo e a produção, e de lidar com a própria organização da vida.

Neste sentido, elas não apenas reconhecem a necessidade de mudança macro-estrutural (ou seja, de que o atual sistema é inviável socialmente e ambientalmente), como também a importância das práticas cotidianas, no ambiente doméstico, escolar, de trabalho e individual. O dia a dia é visto, portanto, como espaço de ação política, e uma possibilidade de praticar a educação ambiental e a economia solidária.

Esta política do cotidiano se manifesta em duas dimensões:

- **nas atitudes na escolha e consumo** de produtos e serviços no âmbito doméstico (p.ex: não uso de sacos descartáveis em mercados; privilegiar compra em feiras e mercadinhos locais), institucional (p.ex: evitar uso de descartáveis em eventos) ou produtivo (p.ex: escolha dos insumos e matéria-prima);
- **nas relações** nos vários ambientes em que vivemos (desde o doméstico até os de convívio supra-familiar e de trabalho), ou seja, que sejam baseadas na radicalização da democracia e da autogestão nas tomadas de decisão e administração destes espaços.

2.4. Repensar desenvolvimento, progresso, riqueza, felicidade...

Educação Ambiental e Economia Solidária tocam, ambos, em assuntos essenciais sobre o mundo em que vivemos, em conceitos básicos que movem a nossa vida em sociedade.

A centralidade no PIB, ou no crescimento econômico, como principal indicador do

desenvolvimento, não satisfaz, não corresponde ao que a educação ambiental e economia solidária trazem em si: Na Educação Ambiental fala-se da necessidade de um desenvolvimento sustentável, de uma sociedade sustentável, em que a satisfação das necessidades humanas não comprometa as gerações futuras nem as condições de vida de outros seres. Da mesma feita, na Economia Solidária afirmamos que o processo de satisfação de necessidades humanas não pode gerar ou ampliar a desigualdade social, ou seja, o acúmulo de poder econômico nas mãos de poucas pessoas, nações ou corporações. Este olhar atento ao conceito de desenvolvimento se desdobra em muitas dimensões:

- Um modo de produção calcado no trabalho subordinado, na distinção entre quem possui o capital e quem é trabalhador, centrado no lucro como motor da atividade econômica e da vida da sociedade, tendo o mercado como único regulador das relações econômicas, não nos serve;
- Um marco jurídico que não reconheça a economia solidária, a propriedade coletiva, o trabalho autogestionário, e não favoreça a organização de trabalhadores na forma de autogestão em detrimento da organização empresarial, não nos serve;
- Um sistema financeiro e de crédito centrado no ganho de investidores, independente da atividade econômica apoiada, e hoje até mesmo prescindindo de qualquer atividade econômica, ficando apenas na ciranda financeira da especulação, estrangulando economias locais e favorecendo as gigantescas e cancerígenas fusões das mega-corporações para melhor "rentabilidade", não nos serve;
- Um sistema educativo baseado no individualismo, na competição, no empreendedorismo, numa concepção consumista, alienada e passiva de cidadãos e cidadãs, não nos serve;

Em atividades formativas, é interessante abordar as questões acima e ampliá-las¹¹, já que aqui apresentamos apenas alguns exemplos.

Este questionamento, presente em ambos os conceitos e práticas, é de grande importância, pois tem um caráter paradigmático, de transformação social, de proposta de alternativas, de sensibilização para um olhar crítico à sociedade atual.

Assim, um trabalho educativo articulando aspectos ambientais e de economia solidária deve levar os educandos a reflexões sobre organização social e econômica, desenvolvimento, progresso, felicidade, riqueza e cultura. Metodologicamente pode valer a pena trabalhar com perguntas (o que é desenvolvimento? o que é progresso? o que é felicidade? o que é riqueza? em que cultura e organização sócio-econômica vivemos?), e buscar articulá-las entre si e com aspectos ambientais, do trabalho e da solidariedade. Sem esta perspectiva, tanto a Economia Solidária quanto a Educação Ambiental perdem o seu caráter emancipatório, crítico ou transformador.

Estas convergências demonstram a complementaridade e sinergia possível entre Economia Solidária e Educação Ambiental, revelando a importância de que sejam tratadas em conjunto, para o aprofundamento do conhecimento da realidade e sensibilização para a transformação social.

11 A Carta de Princípios e a Plataforma da Economia Solidária têm muitos elementos para subsidiar este debate.

3. Exemplos de como incorporar a Economia Solidária em atividades de Educação Ambiental

Já foram colocados nas seções acima vários elementos para a incorporação da Economia Solidária em atividades de Educação Ambiental, tais como perguntas e conteúdos a serem debatidos. Aqui acrescentamos mais alguns exemplos complementares, que não esgotam nem parcialmente as possibilidades:

1. **Fazer da própria atividade ou curso um exercício de autogestão:** Se a atividade for baseada na Educação Popular e tiver como princípio a democracia nas tomadas de decisão e, assim, enfrentar o desafio de gestão coletiva, estamos já trabalhando a Economia Solidária. Isso não significa igualar os papéis de educadores e educandos, caindo na vala comum de que "absolutamente tudo deva ser decidido coletivamente": ao contrário, existem funções e papéis diferenciados entre docentes e discentes de uma atividade educativa. E isso avança na compreensão da autogestão, que pode tomar diferentes formas, incluindo a incorporação de diferentes funções e portanto de diferentes âmbitos ou instâncias de decisão. Num curso, existem tomadas de decisão comuns que envolvem a todos, assim como existem decisões a serem tomadas apenas por docentes e outras somente pelos discentes. Observação: é fundamental, aqui, explicitar esta proposta, para que o coletivo (docentes e discentes) tenha consciência da iniciativa e possa ter momentos específicos para avaliar o andamento, conquistas e dificuldades, que não são poucas¹²;
2. **Fazer do corpo de docentes da atividade um empreendimento solidário:** se a atividade ou curso é oferecida por um conjunto de docentes, este grupo pode ser concebido como um empreendimento solidário, pois trata-se de uma atividade econômica coletiva, em que um grupo (os docentes) está oferecendo um serviço (as aulas) e sendo remunerado por isso. Se este grupo docente se conceber como um empreendimento solidário, pode tomar decisões comuns na construção da atividade, no nivelamento ou modificação do valor da hora trabalhada por outros critérios que não os normalmente utilizados, como a titulação, entre outras possibilidades. Para este exemplo vale a mesma observação que a feita ao fim do anterior;
3. **Refletir sobre a infra-estrutura da escola ou instituição onde se dá a atividade:** um exercício interessante é analisar o "ciclo produtivo" envolvendo a atividade ou curso. Notem que os resultados deste "ciclo" são imateriais, o que é um aspecto importante, pois fica ressaltado que, mesmo para um trabalho imaterial (um curso), é necessário um substrato material (energia, insumos, material de consumo). Além de refletir sobre o ciclo envolvido no próprio curso, pode-se pensar como melhorá-lo à luz de critérios ambientais e de economia solidária. O ciclo pode ser pensado em três partes:
 - *Entrada:* listar os insumos e serviços consumidos pela instituição ou escola que está oferecendo a atividade formativa. Estes insumos são energéticos, de água, de material didático, de lanches (produtos e serviços, pois depende de quem fez), etc.
 - *Processamento e resultados:* o que ocorre então, dentro do local, ou seja, como são consumidos os insumos e serviços elencados na "entrada do

12 Esta proposta costuma ser muito exigente de tempo e cuidados: é normal que ocorram crises, especialmente entre os educandos, que podem passar a ter uma sensação que o curso não é sério, está muito confuso, não diz o que se deve ou não deve fazer para concluí-lo "com sucesso" (um exemplo: os educandos se sentirem perdidos e perguntarem: "mas afinal de contas, o que vocês querem de nós? o que devemos aprender/fazer?"). Estes momentos de crise são ocasiões muito importantes, que devem ser aproveitadas para aprofundar as reflexões sobre a autogestão *versus* cultura de subordinação e passividade.

ciclo”? E o que foi “produzido” pelo curso: quais os resultados do mesmo, e quais os usos que se fará destes resultados? o que os educandos esperam fazer do conhecimento trabalhado?

o *Descarte*: o que é jogado fora?

4. **Resgatar histórias e “mapas de origem” de produtos:** cada pequeno grupo ou pessoa da atividade ou curso pode escolher um determinado produto que se pode comprar no lugar onde vive, e pesquisar a história do mesmo, tanto do ponto de vista ambiental (a sua produção usa agrotóxico? transgênico? energia nuclear? trata esgoto? reaproveita resíduos? tem uma política ambiental forte?) quanto de Economia Solidária (o produto é de uma empresa capitalista, de um grande fazendeiro em que quem trabalhou foram empregados, ou de um empreendimento solidário ou de agricultura familiar ou agroecológica? E os componentes usados para se fazer este produto, de onde vieram?). Esta atividade é interessante em primeiro lugar pela dificuldade de obter estas informações, o que já é um elemento a ser debatido¹³, e em segundo lugar por permitir que se desenhe um mapa geográfico dos impactos, fluxos e origem dos produtos escolhidos pelo coletivo, permitindo a visualização da magnitude da teia de interrelações em torno de alguns poucos produtos.
5. **Levantar e estudar iniciativas de economia solidária da região:** Podem ser levantados associações, grupos produtivos e cooperativas existentes na região, e se escolher algumas para estudar, especialmente com relação às dificuldades e pontos positivos que acarretam a autogestão nestes casos (o trabalho coletivo, a tomada de decisões, as relações de poder), e observar se há alguma diferença destes empreendimentos escolhidos e outras empresas da região nas suas atitudes com relação aos impactos ambientais de sua atividade produtiva e de compromisso ou cuidado com a região¹⁴. Para o debate político, seria interessante também chamar representantes do movimento de Economia Solidária na região para partilharem suas concepções, idéias e perspectivas.

4. Possíveis indicadores para avaliação

É sempre trabalhoso falar de indicadores de avaliação de resultados em práticas educativas. Abaixo são apresentadas algumas propostas de indicadores para a abordagem do tema da Economia Solidária em atividades de Educação Ambiental.

4.1. Curiosidade

O aumento da curiosidade com relação às histórias dos produtos à nossa volta pode ser considerado um indicador: o desenvolvimento de um olhar curioso. Isso permite que as pessoas não caiam nas armadilhas das propagandas e percebam que, por trás de qualquer coisa, seja ela material ou imaterial, há uma história, e esta história tem impactos sociais e ambientais.

4.2. Desnaturalização

Outro indicador é a ampliação da capacidade de desnaturalização da realidade. Ser

13 Há iniciativas de sistematizar estas informações, tais como do Greenpeace e da revista Ethical Consumer (www.ethicalconsumer.org).

14 Como a Economia Solidária é muito nova, deve ser difícil encontrar empreendimentos solidários que se considerem como tal, mesmo trabalhando de forma associativa. Isso torna o trabalho ainda mais interessante, pois mostra as fragilidades da Economia Solidária e ao mesmo tempo suas potencialidades. Para conseguir encontrar empreendimentos solidários diretamente envolvidos com o movimento de economia solidária, basta contatar os Fóruns Estaduais, cujos contatos estão na página www.fbes.org.br/forunsestaduais.

capaz de perceber que o que parece “natural” ou “comum” não significa necessariamente uma realidade absoluta: pode ser diferente. Um exemplo é o próprio significado de trabalho: normalmente é confundido diretamente com “emprego”, ou seja, com conseguir um patrão para poder trabalhar de maneira subordinada.

4.3. Politicamente correto (indicador negativo)

Há uma armadilha comum quando são tratados, em atividades pedagógicas, temas que afetam a política do cotidiano, ou seja, o modo de vida, a cultura, as atitudes: a armadilha é a moralização, que se traduz no discurso politicamente correto, ou seja, no simples julgamento do que seja certo e errado, o que é muito pequeno, e não permite a diversidade.

A adoção do discurso politicamente correto por parte dos educandos é, portanto, um indicador negativo no âmbito da formação: uma máscara discursiva que se torna presente (“não se pode fazer isso ou aquilo”, “admiro tal pessoa por que ela é coerente”, “vou me comportar na turma para não 'queimar meu filme' aqui e não me tornar o 'cara mau’”). O politicamente correto congela, não é emancipatório, pois não traz a dúvida ou a pergunta; pelo contrário, vem como um bloco moralizador que não permite a criatividade nem a busca por alternativas.

Em termos metodológicos, é um grande desafio e faz-se fundamental a construção de um clima de confiança no coletivo de integrantes da atividade formativa, de modo que todos se sintam à vontade para expressar como sentem sua relação com o mundo, com o meio ambiente e as relações humanas. Ao invés do enrijecimento, busca-se a sensibilidade crítica, curiosa e criativa frente ao mundo. A abordagem metodológica não pode se resumir somente ao repasse de conteúdos (que leva ao universo dos discursos).

4.4. Entusiasmo

Pode haver uma tendência de catastrofismo, pelo fato de vivermos num sistema em crise e que nos ameaça fortemente, e já exclui hoje grande parte da população de condições mínimas de vida com dignidade. Quando tratamos de Educação Ambiental e Economia Solidária, vemos um mundo doente, um sistema falido, e um estágio que advém daí e que pode ser vivenciado pelo grupo de educandos é a sensação apocalíptica de fim de mundo, do peso das nossas responsabilidades e de impotência, o que acarreta na redução das possibilidades e na inação.

O entusiasmo é um indicador de superação, por parte dos educandos, desta fase de constatação da situação atual do mundo, apontando para a abertura de todo um universo de novas possibilidades no seu campo perceptivo: outra economia é possível (e já acontece!), outras maneiras de se organizar a produção, o mercado, a educação, o sistema financeiro são possíveis. “Sem tesão, não há solução”: é preciso se entusiasmar na busca de construir alternativas e de lutar politicamente por elas.

4.5. Capacidade de correlacionar a macro-política e o cotidiano

Ao trabalharmos Educação Ambiental e Economia Solidária, o foco não pode ficar restrito à ação individual ou ambientes determinados (de trabalho, educação ou vivência), mas deve também permitir perceber que há um modelo de desenvolvimento e uma estrutura de organização econômica e cultural que acarreta em si no aumento das desigualdades sociais e da destruição ambiental. Da mesma maneira, ficar apenas no debate macro-estrutural é insuficiente, pois leva à intensificação da famosa contradição entre teoria e prática, apesar desta contradição nunca poder ser inteiramente sanada, por sermos contraditórios e por vivermos imersos neste sistema

(quem não tem uma conta no banco, que com isso está estimulando a especulação bancária?).

Por isso, conseguir fazer as pontes entre questões estruturais e questões conjunturais é um indicador muito importante, ou seja, a capacidade de perceber e correlacionar com a realidade local questões como: onde estão as estruturas de poder; os limites do poder dos estados nacionais com relação ao das grandes corporações internacionais, que hoje em muitos casos conseguem determinar várias de suas decisões; dívida externa, ALCA, guerras do Oriente Médio; ações do governo brasileiro, entre outras.

5. Como aprofundar-se no tema?

A produção acadêmica e não acadêmica sobre a Economia Solidária é muito vasta e dinâmica, ainda mais por ser um conceito em construção no mesmo momento em que o fenômeno social está em forte crescimento. Autores como Paul Singer, Marcos Arruda, Luiz Inácio Gaiger, Antonio Cattani, Armando Lisboa, Euclides Mance, Luis Razeto, Boaventura de Sousa Santos, Jose Luis Coraggio, Karl Polanyi, entre tantos outros, têm avançado nos estudos, reflexão e conceituação do tema.

Uma boa fonte de informações sobre Economia Solidária é a página internet do FBES (www.fbes.org.br), tanto para notícias e informações sobre o movimento de Economia Solidária no país quanto para acesso a artigos:

- A Carta de Princípios e a Plataforma da Economia Solidária estão em "sobre o fórum";
- Contatos de todos os 27 fóruns estaduais existentes estão em "Fóruns estaduais";
- Há mais de 400 documentos, artigos, vídeos e outros materiais à disposição para leitura em "biblioteca". Dentro da biblioteca, sugiro as seções: "artigos e reflexões"; "campanha 'ES – outra economia acontece'" (que possui mini-vídeos sobre a ES no país); "Conferência Nacional de Economia Solidária";
- Uma extensa lista de outros links de páginas internet está em "Links relacionados";
- O boletim quinzenal está disponível em "Boletins".

Além disso, as seguintes páginas internet disponibilizam extensas bibliografias de livros sobre o tema:

- www.fbes.org.br/wiki (entrar em "Educação e Formação em Economia Solidária")
- www.ifil.org/redesolidaria (entrar em "biblioteca")
- www.ecosol.org.br/bib.htm
- www.abpes.org.br (entrar em "Pesquisas" e ir para "produção bibliográfica")